MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria Regional da República da 1ª Região

2º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2018 PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DO QUADRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO.

Caderno de Provas

COMUNICAÇÃO SOCIAL – JORNALISMO

Nome do Candidato

Assinatura | Nº de Inscrição | Data **19/08/2018**

INSTRUÇÕES

1. O tempo de realização das provas será de 3h00min (três horas), incluído o tempo destinado ao preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Texto Definitivo.
2. A **identificação do candidato** na Folha de Respostas será realizada mediante o preenchimento dos 10 primeiros caracteres, os quais correspondem, da esquerda para direita, aos seguintes dados: código identificador do curso (1º ao 3º caractere); tipo de prova (4º caractere); e número de inscrição (5º ao 10º caractere). Neste caso, será **0851** + número de **inscrição** do candidato.
3. Este caderno contém: 30 (trinta) questões objetivas; 1 (uma) questão discursiva; 1 (uma) folha pautada de 30 (trinta) linhas para rascunho; 1 (uma) Folha de Texto Definitivo, pautada em 30 (trinta) linhas, para transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
4. Confira o caderno de provas assim que lhe for autorizado. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
5. É proibida a consulta a qualquer tipo de material, bem como o uso de aparelhos celulares e de outros aparelhos eletrônicos. O descumprimento desta determinação implicará a eliminação do candidato.
6. Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala.
7. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
8. Só serão consideradas as respostas transcritas na Folha de Respostas.
9. Somente será autorizado o candidato a levar consigo o caderno de provas 30 (trinta) minutos antes do seu término.
10. Os três últimos candidatos a terminar as provas deverão permanecer juntos no

recinto, somente sendo liberados após os três terem entregado a Folha de Respostas, a Folha de Texto Definitiva e o caderno de provas, terem seus nomes registrados em Ata e estabelecidas suas respectivas assinaturas.

Língua Portuguesa

Texto I

Questões de 01 a 03

1) Na expressão *"DIGA NÃO!"*, no que se refere ao modo verbal, as ideias contidas – no texto da campanha – denotam:

a) Uma ideia de ordem ao interlocutor.
b) Uma solicitação ao interlocutor.
c) Um mero convite ao interlocutor.
d) Um conselho ao interlocutor.
e) Nenhuma das alternativas acima.

---

2) A palavra *"assédio"* foi acentuada pelos mesmos motivos que as palavras apontadas numa das alternativas abaixo, bem como, respectivamente, pela seguinte justificativa gramatical:

a) Imóveis, cárie e órgão (= paroxítonas terminadas em ditongo crescente).
b) Órfão, fáceis e balaústre (= paroxítonas terminadas em ditongo de pronúncia aberta).
c) Família, vácuo e vitória (= paroxítonas terminadas em ditongo crescente).
d) Nódoa, Heloísa e ideia (= paroxítonas terminadas em ditongo de pronúncia aberta)
e) tália, herói e coronéis (= paroxítonas terminadas em ditongo crescente).

---

3) Na campanha sobre o assédio e suas espécies, após a palavra *"moral",* a vírgula empregada é justificada na alternativa:

a) Separa termos explicativos, retificativos, de situação.
b) Marca a omissão da palavra, é o que chamamos de elipse.
c) Separa itens de enumeração, isto é, palavras coordenadas entre si.
d) Foi utilizada para separar orações coordenadas.
e) Separa as orações adjetivas explicativas.

Texto II

"Eu não sei dizer
o que quer dizer
o que vou dizer
eu amo você
mas não sei
o que isso quer dizer

eu não sei por que
eu teimo em dizer
que amo você [...]"

(BALEIRO, Zeca. Lenha. Vô imbolá. (CD). Universal, 1999.)

4) A palavra **que** aparece cinco vezes ao longo do trecho da letra da música acima. No último verso da canção, pode-se classificá-la como:

a) Partícula expletiva ou de realce, podendo, inclusive, ser retirada da frase sem prejuízo algum ao sentido.

b) Conjunção subordinativa integrante já que relaciona duas orações entre si.

c) Pronome relativo, visto que retoma um termo antecedente projetando-o na oração.

d) Preposição, uma vez que liga dois verbos de uma locução verbal em que o auxiliar é o verbo dizer.

e) Pronome indefinido, nesse caso, pode funcionar como pronome substantivo ou pronome adjetivo.

Texto III

Questões de 05 a 08.

5) O humor contido na tirinha da Mafalda pode ser expresso, pela seguinte razão, na alternativa:

a) O fato de as mães do século passado não querer profissionalmente nada além do que cortar e costurar.

b) O fato de Mafalda não se manifestar verbalmente na tirinha e apenas escutar a explanação de Susanita.

c) O fato de Susanita "falar pelos cotovelos" não franqueando a palavra a Mafalda em nenhum momento, caracterizando assim um monólogo.

d) O fato de Susanita apresentar bons argumentos quanto às teorias femininas no que tange às práticas tradicionais atribuídas às mulheres, mas defende, no último quadrinho, o uso de tecnologias que reforçam os padrões tradicionais.

e) A demonstração clara de descontentamento em todos os quadros por Mafalda.

---

6) No terceiro quadro da tirinha, a palavra *"portanto"* introduz uma ideia de natureza:

a) Concessiva, visto que indica uma oração em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la.

b) Explicativa, pois liga a oração anterior a uma oração que a explica, que justifica a ideia nela contida.

c) Aditiva, uma vez que ligam orações ou palavras, expressando ideia de acrescentamento.

d) Consecutiva, porquanto inicia uma oração na qual é indicada a consequência do

que foi declarado na oração anterior.

e) Conclusiva, já que liga uma oração anterior a uma que expressa ideia de conclusão.

---

7) O termo posposto a expressão *"tem razão"* – no primeiro quadrinho – classifica-se como:

a) Aposto, pois fornece novas informações sobre um dos termos da oração, estando sintaticamente relacionado com ele.

b) Vocativo, termo independente da oração que indica o "chamamento" ou a "invocação" de uma pessoa ou de um ser (interlocutor).

c) Complemento nominal, que corresponde aos termos que complementam os nomes por meio de preposição.

d) Agente da passiva, termo utilizado para determinar o praticante da ação na voz verbal passiva, donde o sujeito é denominado "paciente", ou seja, recebe a ação expressa pelo verbo.

e) O adjunto adnominal, termo que indica o agente da ação, de forma que caracteriza, modifica, determina ou qualifica o nome ao qual se refere (substantivo).

---

8) O verbo *"conformavam"*, no primeiro quadrinho, tem como sujeito correspondente da oração o termo que pode ser apontado na letra,

a) [...] que [...]
b) [...] "uma mulher" [...]
c) [...] "nossas mães" [...]
d) [...] corte e costura [...]
e) [...] Mafalda [...]

Texto IV

Uma inquietação enorme fazia-me estremecer os gestos mínimos. Tive receio de endoidecer, não de loucura, mas de ali mesmo. O meu corpo era um grito latente. O meu coração batia como se falasse.

(Fernando Pessoa)

9) No texto acima, são expressões sinônimas de "*INQUIETAÇÃO*" e *"LATENTE'*, adequadas ao contexto, respectivamente:

a) Nervosismo e explícito.
b) Paciência e encoberto.
c) Consumição e evidente.
d) Preocupação e claro.
e) Agitação e oculto.

---

10) A alternativa que tem, como correspondente entre parênteses, a correta transposição da voz verbal ativa para passiva analítica pode ser apontada na letra:

a) O macaco comia a banana (= *a banana era comida pelo macaco*).

b) A banana foi comida pelo macaco (= *o macaco foi quem comeu a banana*).

c) Comeu-se a banana do macaco (= *a banana do macaco foi comida por ele*).

d) O macaco comia a banana. (= *a banana tinha sido comida pelo macaco*)

e) O macaco comeu a banana (= *comeu-se a banana*).

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria Regional da República 1ª Região

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria Regional da República 1ª Região

Comunicação Social – Jornalismo

11) A criação do *lead* marcou um momento importante para o desenvolvimento das técnicas do jornalismo moderno. Pode-se definir a função do *lead* como a de:

a) Apresentar a contextualização na abertura do relato factual.
b) Descontextualizar a notícia para que possa ser facilmente entendida.
c) Substituir a contextualização da notícia pelo relato factual.
d) Relacionar o fato com o discurso propagandístico da sociedade industrial.
e) Antecipar o relato factual antes da contextualização das informações.

---

12) A estrutura do *lead*, que determina começar a redigir pelo aspecto principal do que será relatado, aplica-se a:

a) Anúncios.
b) Artigos.
c) Crônicas.
d) Editoriais.
e) Notícias.

---

13) A assessoria de comunicação da Procuradoria Regional da República da 1ª Região precisa anunciar ao seu público interno a composição da sua nova administração, incluindo o nome da nova procuradora-chefe, que acabou de ser nomeada. Em relação à operacionalização desse comunicado, a ação apropriada é:

a) Criar uma campanha institucional a ser veiculada em horário nobre na TV aberta.
b) Preparar um balanço financeiro para a Procuradoria-Geral da República.
c) Produzir um viral na web para que a notícia se espalhe mais rapidamente.
d) Publicar uma notícia na intranet.
e) Enviar um *release* para a imprensa.

---

14) Entre as funções que pode exercer uma assessoria de imprensa, está o *media training*, que é o treinamento de:

a) Fontes da organização para lidarem melhor com os jornalistas.
b) Fontes da organização para compreenderem melhor o trabalho do assessor.
c) Jornalistas para terem melhor compreensão dos *releases* da empresa.
d) Jornalistas para atuarem melhor no setor que abrange a organização.
e) Assessores de imprensa para protegerem melhor as fontes dos jornalistas.

---

15) É de conhecimento do profissional de comunicação que **não** cabe ao assessor de imprensa adotar a seguinte atitude:

a) Agir como facilitador, interlocutor e mediador entre jornalistas e fontes.
b) Buscar pautas diferenciadas, de acordo com cada veículo.
c) Manter transparência na relação com a imprensa.
d) Pedir para ver a pauta e ler a matéria antes de ela ser publicada.

e) Providenciar imagens de interesse do fotógrafo e das emissoras de TV.

---

16) O texto abaixo que está redigido segundo as normas que regem o texto jornalístico é:

a) O procurador-chefe Carlos Santos disse "nunca ter visto tamanha tragédia ambiental na minha vida inteira".
b) "Nunca tinha visto tamanha tragédia ambiental na minha vida inteira", disse o procurador-chefe Carlos Santos.
c) O procurador-chefe Carlos Santos disse que "nunca tinha visto tamanha tragédia ambiental na minha vida inteira".
d) Carlos Santos, procurador-chefe, disse que "nunca tinha visto tamanha tragédia ambiental na minha vida inteira".
e) O procurador-chefe Carlos Santos disse: nunca tinha visto tamanha tragédia ambiental na minha vida inteira.

---

17) Ao contrário do que ocorre com o jornalismo na maior parte das outras mídias, no rádio é considerado correto:

a) A utilização da voz passiva.
b) O uso de estrangeirismos.
c) A repetição das informações.
d) A não utilização do *lead*.
e) Nenhuma das respostas anteriores.

---

18) Um dos papéis mais relevantes do *clipping* é:

a) Informar aos jornalistas o que ocorre na instituição.
b) Reunir uma ampla listagem de nomes a serem convocados para uma entrevista coletiva.
c) Permitir a avaliação de como a imagem da instituição vem sendo divulgada.
d) Evitar desencontro de informações entre o jornalista e o porta-voz.
e) Justificar a assinatura de veículos de comunicação.

---

19) Um *mailing list* de jornalistas é útil quando:

a) A assessoria quer treinar os porta-vozes da instituição.
b) É necessário entrar em contato com vários jornalistas para divulgação de algum material.
c) Quer se fazer a atualização de murais eletrônicos e outras mídias semelhantes.
d) Não há opção de refazer o texto escrito pelo assessorado.
e) Nenhuma das respostas anteriores.

---

20) A Procuradoria Regional da República da 1ª Região apresenta uma denúncia contra um prefeito por dano aos cofres públicos. A assessoria de comunicação da instituição pode utilizar as seguintes ferramentas de assessoria de imprensa para divulgação do fato, **exceto**:

a) Entrevista exclusiva.
b) Entrevista coletiva.
c) Envio de *release*.

d) Divulgação na intranet.
e) *Post* nas redes sociais.

---

21) Em uma assessoria de comunicação, as atividades de comunicação interna devem:

a) Ser preteridas em favor da comunicação externa.
b) Estar integradas às estratégias administrativas da instituição.
c) Sempre mencionar o chefe da instituição.
d) Todas as respostas anteriores.
e) Nenhuma das respostas anteriores.

---

22) São considerados canais de comunicação interna:

a) Intranet.
b) E-mail.
c) Mural digital.
d) Jornal mural.
e) Todas as respostas anteriores.

---

23) Na comunicação interna em uma instituição, é atribuição da Assessoria de Comunicação:

a) Atender a todos os interesses internos para que não se crie um ambiente de animosidade entre os diferentes setores.
b) Redigir atas de reuniões institucionais.
c) Elaborar jornal mural.
d) Coordenar o fluxo de informações administrativas intersetoriais.
e) Redigir portarias de nomeação.

---

24) Assinale o item que não se aplica ao Ministério Público Eleitoral:

a) Atua sempre em defesa dos mandatos dos candidatos eleitos.
b) É composto por membros do MPF e dos Ministérios Públicos nos Estados.
c) O Procurador Regional Eleitoral atua perante o Tribunal Regional Eleitoral.
d) Atua em todas as fases do processo eleitoral.
e) Nas eleições municipais, atuam os promotores eleitorais.

---

25) Marque a alternativa que corresponde à seguinte definição: "notícia inverídica publicada por órgãos de imprensa, geralmente com grande alarde e sem má-fé, na tentativa de furar os concorrentes".

a) Lead.
b) Boato.
c) *Off*.
d) Exclusiva.
e) Barriga.

---

26) O bom assessor de imprensa não deve:

a) Manter atuação totalmente independente das demais áreas da instituição.
b) Ser proativo, ter iniciativa e ser estratégico na busca de soluções.
c) Monitorar permanentemente a imprensa.
d) Inovar e qualificar permanentemente os processos e a equipe. Não ceder à rotina.
e) Conscientizar e preparar

tecnicamente fontes e porta-vozes.

---

27) A redação do texto jornalístico tem de conter, preferencialmente:

a) Palavras simples, frases curtas, ordem direta, verbos na voz ativa.
b) Palavras rebuscadas, frases curtas, ordem direta, verbos na voz ativa.
c) Palavras simples, frases longas, ordem direta, verbos na voz ativa.
d) Palavras simples, frases curtas, ordem indireta, verbos na voz ativa.
e) Palavras simples, frases curtas, ordem direta, verbos na voz passiva.

---

28) Estão sob a responsabilidade da Assessoria de Imprensa, função a ser exercida privativa e exclusivamente por jornalistas habilitados, as seguintes funções:

a) Sugestões de pautas.
b) Acompanhamento de entrevistas de suas fontes.
c) *Clipping* de notícias (impressos, Internet e eletrônicos).
d) Instruir o assessorado sobre como lidar com a imprensa em geral.
e) Todas as respostas anteriores.

---

29) O MPF apresentou uma ação civil pública na Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido de liminar, mas a medida foi negada. O MPF decide recorrer. Onde o recurso deve ser apresentado?

a) Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
b) Procuradoria Regional da República da 1ª Região.
c) Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
d) Superior Tribunal de Justiça.
e) Não é possível recorrer.

---

30) Para o gerenciamento de uma situação de crise na instituição assessorada, é aconselhável que um assessor de imprensa:

a) Busque esclarecimentos e os divulgue rapidamente, baseando-se na estratégia de "contar tudo e depressa".
b) Descubra imediatamente onde surgiu o vazamento, caso a crise tenha sido motivada pela publicação de documentos restritos.
c) Ligue imediatamente para jornalistas com quem mantém contato e tente amenizar a cobertura a respeito dos fatos negativos.
d) Evite a exposição dos fatos negativos, divulgando reativamente esclarecimentos que procurem minimizá-los.
e) Todas as respostas estão corretas.

Prova Discursiva

1. A prova discursiva consiste na proposição de 1 (um) tema, baseado no conteúdo programático do Anexo II do Edital 09 – 2017, de 11 de outubro de 2017.
2. Elabore um *release*, **mínimo** de **15 (quinze) linhas** e extensão **máxima** de **30 (trinta) linhas**, para divulgação no site da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, com base na denúncia abaixo contra o prefeito do município de Matias Fernão (MA) – cidade fictícia. Não esqueça de colocar o título e a linha de apoio, de tamanho livre.
3. Faça de conta que a denúncia foi oferecida na data de hoje.
4. Cabe ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região analisar a denúncia.
5. A prova discursiva deve ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta azul ou preta**, indelével, vedado o uso de líquido corretor, caneta hidrográfica fluorescente ou similares.
6. Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na correspondente Folha de Texto Definitivo.
7. A Folha de Texto Definitivo será o único documento válido para avaliação das provas discursivas. A folha de rascunho constante deste caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
8. Na Folha de Texto Definitivo será atribuída nota 0 (zero) ao texto que contenha qualquer assinatura ou marca identificadora.
9. O candidato não deve amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar a Folha de Texto Definitivo, sob a pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de correção. Não haverá substituição da Folha de Texto Definitivo nem de parte dela por erro do candidato.

Denúncia

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador Regional da República Martino Fernandes, vem, muito respeitosamente, no uso de suas atribuições legais, e no apuratório constante do Inquérito Policial nº 006144-20.2017.4.01.0000/MA, oferecer

DENÚNCIA

contra MATEUS RODRIGUES SOBRINHO, prefeito do Município de Matias Fernão/MA, brasileiro, casado, filho de Francisco Rodrigues de Lima e Maria da Conceição Rodrigues, nascido em 15/04/1944, RG nº 133.X08 SSP/MA e CPF nº 111.555.555-55, residente na Avenida Pedro Freitas, nº 133, Centro, Matias Fernão/MA;

I – RESUMO DA IMPUTAÇÃO:

Conforme apurado nos autos em destaque, instruídos com cópia integral dos autos do Inquérito Policial (IP) nº 006144-20.2017.4.01.0000/MA, MATEUS RODRIGUES SOBRINHO, prefeito de Matias Fernão/MA, em outubro de 2016, utilizou-se indevidamente de bens públicos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), do

governo federal, em proveito próprio. Praticou, assim, o crime do art. 1º, II, do Decreto-Lei n.º 210/67.

II – DOS FATOS APURADOS:

Conforme se extrai dos autos em epígrafe, foi realizado um contrato de doação modal entre a União (doadora) e o município de Matias Fernão/MA (donatário) no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que teve como objeto um caminhão basculante, uma máquina tipo motoniveladora e uma retroescavadeira (fls. 11/15-verso).

Sucede que, embora todos os referidos bens fossem de natureza pública e destinados às finalidades do programa do governo federal PAC2, o prefeito do município de Matias Fernão/MA, MATEUS RODRIGUES SOBRINHO, no mês de outubro de 2016, utilizou-os em sua propriedade privada – a saber, em sua fazenda denominada "Fumaça" (matrícula do imóvel a fl. 37/37-verso) conhecida também como "Toca do Leopardo", situada no município Heitorão/MA – e para transporte de materiais fora dessa propriedade e retirada de entulho no município de Matias Fernão/MA e adjacências. A utilização indevida dos veículos na propriedade do denunciado foi flagrada no dia 23 de outubro de 2016, data em que foram realizados registros fotográficos por testemunhas.

Merece destaque o fato de que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) já havia constatado que os veículos públicos foram utilizados para atividades diversas das pactuadas no contrato de doação celebrado entre a União e o Município, inclusive para a "retirada de entulho em propriedade particular" (fls. 23 e 23-verso), conforme verificado em inspeção in loco realizada pelo próprio MDA no dia 27 de abril de 2016 e reafirmado pelo órgão em ofício ao Ministério Público Federal (fls. 16/16-verso).

Ainda segundo o MDA, os veículos apresentavam defeitos que comprometiam seu uso regular, dentre os quais destacava-se a descaraterização de alguns dos adesivos que informavam que os veículos eram públicos (fls. 18/26-verso) – circunstância que, embora pudesse dificultar a fiscalização, pela população local, quanto ao uso dos bens, não impediu a constatação dos fatos narrados na presente denúncia.

No que toca especificamente aos fatos aqui imputados, no dia 23 de outubro de 2016, os bens foram fotografados e filmados por testemunhas enquanto estavam novamente sendo utilizados para fins privados, dentro e fora da mencionada fazenda do denunciado. Algumas das fotos deixam clara a propriedade pública dos veículos, que pode ser verificada pelos símbolos "PAC", "PAC2" e "Prefeitura de Matias Fernão" estampados nos maquinários (fls. 27/36). O fato também foi presenciado por diversas pessoas, que confirmaram a prática do crime em depoimentos prestados ao Ministério Público do Estado do Maranhão (fls. 38/43).

III – DA JUSTA CAUSA:

A utilização indevida dos bens no dia 23 de outubro de 2016 está demonstrada em dezenas de fotografias feitas pela noticiante e até em um vídeo que mostra o uso de um caminhão com o logotipo do PAC na propriedade privada do prefeito MATEUS RODRIGUES SOBRINHO. Além disso, constam nos autos depoimentos sólidos e coerentes quanto à autoria e à materialidade do crime.

No âmbito do Inquérito Policial (IP) nº 006144-20.2017.4.01.0000/MA, foram ouvidas as testemunhas Vanusa Rezende de Camargo (noticiante – fls. 38/39), Elba Moreira Damasceno (fls. 39-verso/40), José Gonçalves de Souza (fl. 40-verso), Manoel José dos Santos (fl. 41), Lucilene de Oliveira Veloso (fl. 41-verso) e Jorge Leonel Filho (fls. 42-verso/43). Todas confirmam os fatos narrados nesta denúncia.

Outrossim, a propriedade e a finalidade públicas dos bens indevidamente utilizados pelo acusado é atestada pelos termos de doação do caminhão basculante, da motoniveladora e da retroescavadeira (fls. 11/15 verso).

Assim, está presente a justa causa para a deflagração ação penal (art. 395, III, do CPP).

IV – DA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL:

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria Regional da República 1ª Região

Justifica-se a competência da Justiça Federal para o caso não só pelo fato de que os bens indevidamente utilizados pelo denunciado integravam um programa do governo federal e foram doados pela União: a competência decorre especialmente do fato de que as doações foram efetuadas com um encargo de sua aplicação específica nas finalidades do programa do governo federal. Conforme aqui narrado, o interesse da União na consecução dos objetivos do programa foram parcialmente frustrados pelo denunciado com a prática do crime.

Outrossim, a propriedade dos bens está submetida a condição resolutiva prevista nos contratos de doação, razão pela qual, uma vez inadimplidas, podem resultar na reversão da propriedade dos referidos bens à União.

IV – CONCLUSÃO:

Pelo exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL requer:

a) a autuação da presente com a Notícia de Fato que a instrui;

b) a notificação do denunciado para que, no prazo de quinze dias, apresente resposta (lei n.º 8.038/90, art. 4º);

c) decorrido o referido prazo, a designação de dia para que o Tribunal delibere sobre o recebimento da presente denúncia;

d) recebida a denúncia e, em razão do rito processual estabelecido pelo artigo 400 do CPP, com redação da Lei n.º 11.719/2008, a intimação do denunciado para, no prazo de quinze dias, indicar testemunhas e provas a serem produzidas durante a instrução processual e, apenas na última etapa da instrução, que seja ele interrogado;

e) a inquirição das testemunhas arroladas *in fine*;

f) ao final, a condenação do denunciado às sanções do art. 1º, II, do Decreto-Lei n.º 201/196713;

g) a decretação da perda de cargo e a inabilitação do denunciado, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, nos termos do art. 1°, §2°, do Decreto-lei n.º 201/6714;

h) a fixação do valor mínimo para reparação dos danos – morais e materiais – causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo município, pela União e pela sociedade, certamente não inferior a R$ 6.240,00 (seis mil, duzentos e quarenta reais), correspondentes aos danos materiais (estimados com base no valor de aluguel de bens semelhantes aos utilizados indevidamente pelo acusado), e R$ 12.480,00 (doze mil, quatrocentos e oitenta reais), correspondentes aos danos morais causados aos entes públicos e à comunidade do município.

Nestes termos,
Pede deferimento,

MARTINO FERNANDES
Procurador Regional da República

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria Regional da República 1ª Região

Rascunho Prova Discursiva

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.
16.
17.
18.
19.
20.
21.
22.
23.
24.
25.
26.
27.
28.
29.
30.

MPF Ministério Público Federal | Procuradoria Regional da República 1ª Região